

O “BOSQUEJO” DE ALMEIDA GARRETT: *INTERSECÇÕES ENTRE HISTÓRIA DA LITERATURA E UMA CRÍTICA POLÍTICA*

Thiago Gonçalves Souza
Doutorando em Literatura Comparada (UERJ)
souzagoncathi@gmail.com

RESUMO

O “Bosquejo de História da Língua e da Poesia Portuguesa”, de João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett, introduz o Parnaso Lusitano, antologia da poesia portuguesa publicada em 1826. Entretanto, o “Bosquejo” vai além de uma simples introdução que visa situar historicamente autores e suas produções literárias. Esta leitura pretende explicitar no “Bosquejo” os elementos de uma crítica e de um projeto políticos que fundamentam e são espelhados pela narrativa historiográfica propriamente literária. Assim, ressaltamos o entrelaçamento conceitual entre a História da Literatura oitocentista e a ideia de nação, bem como flagramos, no texto garrettiano, um momento particular desse entrelaçamento, vendo-o não apenas como “afirmação” nacionalista pela literatura, mas como ensejo para um pensamento crítico da política e da vida cultural de uma determinada sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Almeida Garrett; História da Literatura; Política.

ABSTRACT

The “Bosquejo de História da Língua e da Poesia Portuguesa”, written by Almeida Garrett, is the introduction to Parnaso Lusitano, an anthology of Portuguese poetry published in 1826. However, the “Bosquejo” goes beyond a simple introduction, which goal is to present historically authors and their works. This paper wants to reveal, within the “Bosquejo”, elements to a political project and to a critic of Portuguese politics, which are in the basis of its writing. In this sense, the conceptual intersection between History of Literature and the idea of Nation is underlined as fundamental to Garrett’s text, seeing it not only as a literary affirmation of nationalists feelings, but as a possibility to a critical thought about the politics and the cultural life inside a certain society.

KEYWORDS: Almeida Garrett; History of Literature; Politics.

HISTÓRIA DA LITERATURA E NACIONALISMO

Se, à primeira vista, o que tradicionalmente caracteriza a perspectiva histórica do estudo da literatura é uma preocupação em organizar cronológica e, por vezes, teleologicamente, uma narrativa que dê conta do percurso de constituição de uma determinada tradição literária nacional, não se pode deixar de ressaltar que a própria História da literatura apresenta uma problemática ainda mais fundamental: a explicitação dos critérios empregados para delimitar aquilo que assumirá como seu objeto. Segundo José Luís Jobim:

O que a própria História da Literatura nos mostra é que houve sucessivas e diferentes representações daquilo a que chamamos “literatura”. Ou seja, a nossa civilização ocidental concebeu de modos diferentes o que denominou ‘literatura’: dependendo do momento, do ponto de vista, do lugar a partir do qual se fale, ela pode não ser a mesma coisa. (JOBIM, 1992, p. 127)

A História da Literatura apresenta uma compreensão do objeto literário que a distingue tanto da Retórica e da Poética, herdeiras da tradição clássica, quanto da Estética, de extração moderna: ela se oporá às pretensões universalizantes dessas três disciplinas, baseadas na descrição e prescrição das normas de composição clássicas (Retórica e Poética), e na busca iluminista por um fundamento racional universalmente válido da experiência e do juízo estéticos (Estética). Desprendendo-se do descritivismo e da especulação filosófica e indagando pelas “origens e processos de transformação do fato literário” (SOUZA, 2006, p. 94), ela procura o entendimento “[dos] fatos literários como efeitos de causas determináveis – a subjetividade dos autores e os processos sociais – atribuindo-se como tarefa a ultrapassagem dos textos em busca de suas motivações primeiras, das quais eles seriam reflexos secundários.” (SOUZA, 2006, p. 94).

Ao perseguir tal objetivo, a História da Literatura recorre a conhecimentos disciplinares que também se consolidam no século XIX, tais como a Sociologia e a Psicologia. Porém, é na confluência com elementos do contexto político-ideológico e sociocultural que ela constituirá o núcleo conceitual com que articulará suas proposições teóricas a respeito da natureza e da função do objeto literário, com notável destaque para a ideologia nacionalista advinda do Romantismo:

[...] a aliança entre história da literatura e ideologia nacionalista constitui providência conceitual fundadora da disciplina, que se define exatamente pela

assunção da concepção romântica de literatura como expressão da nacionalidade. A configuração de seu objeto, portanto, parte da premissa central do Romantismo: cada nação se distingue por peculiaridades físico-geográficas e culturais, sendo a literatura especialmente sensível a tais peculiaridades, do que deriva sua condição de privilegiada parcela da cultura, funcionando à maneira de um espelho em que o espírito nacional pode mirar-se e reconhecer-se. (SOUZA, 2006, p. 98)

No “*Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesas*”, que introduz o *Parnaso Lusitano* (1826), Almeida Garrett (1799-1854) faz uso das imbricações entre história da literatura e ideologia nacionalista, identificando-se com a tradição da história da literatura romântica. Porém, o texto de Garrett manuseia essa relação partindo de uma percepção crítica do cenário político e cultural português, realizando uma avaliação dos períodos de decadência e de esplendor da produção literária nacional em paralelo a uma narrativa política que se desdobra em duas linhas: as oscilações e crises políticas da monarquia portuguesa e a situação da literatura lusitana na balança cultural da Europa.

OS ESPLENDORES E AS CRISES DAS LETRAS E DA PÁTRIA PORTUGUESA

Almeida Garrett participou das movimentações políticas de Portugal, na primeira metade do século XIX, contra o regime absolutista e em favor do liberalismo, postando-se, no interior do espectro político deste, em uma posição que se pode dizer “moderada”, defendendo amplas reformas sociais no sentido de uma monarquia constitucional, mas se afastando criticamente dos gestos mais radicais advindos dos democratas, ala mais à esquerda do movimento (NEVES et al., 2007, p. 20-21). Apoiou a Revolução Liberal de 1820 e o plano de uma Constituição arejada por ideais liberais. No entanto, nos anos seguintes, tensões se intensificaram em torno da legitimidade das reformas – incluindo tentativas de golpe de Estado por D. Miguel (como a Abrilada, em 1824), que visava o trono e o exercício do governo mantendo as tradições do Antigo Regime. Nesse momento, Garrett parte para o primeiro exílio, de 1823 a 1826, no decorrer do qual passou por Londres e Paris, vindo a publicar neste último ano o *Parnaso Lusitano*, quando já de regresso a Lisboa.

Nos anos de 1820, Garrett entrevê Portugal enquanto projeto: uma nação que tem diante de si a possibilidade de se libertar do obscurantismo das tradições despóticas do

regime absolutista. No opúsculo “O dia vinte e quatro d’agosto”, publicado em 1821, quando da comemoração do primeiro ano da Revolução Liberal, diz:

Já temos uma pátria, que nos havia roubado o despotismo: a timidez, a covardia, e a ignorância, que o tinham criado, que se prostravam com vil idolatria ante a obra das suas mãos, acabaram. A última hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da terra, desapareceu; o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo foram dissipadas por seus raios [...]. (GARRETT in: NEVES et al., 2007, p.25)

É esse o horizonte que se apresenta como pano de fundo do “Bosquejo”. O escritor sistematiza as épocas literárias em uma cronologia em que se correspondem produção literária e movimentações da esfera política portuguesa, seguindo o esquema temporal que parte de uma “era de ouro”, sob os auspícios de D. João I, D. Manuel I e D. João III, e segue para uma “era de ferro”, com a perda da autonomia política da Coroa e do caráter nacional de sua literatura. Assim, Garrett identifica a “aurora das letras em Portugal” (GARRETT, 1826, p. X) no período entre os séculos XIII e XVI:

Aqui se deve pôr a data da verdadeira aurora das letras em Portugal, que por singular phenomeno, pouco visto entre outros povos, raiou ao mesmo tempo com as sciencias: por maneira que quando o romantico alaúde de nossas musas começava a dar mais afinados sons, e a subir mais alto que o atéli conhecido, as sciencias e as artes cresciam a ponto de espantar a Europa, mudar a face do mundo, e alterar o systema do universo. (GARRETT, 1826, p. XI)

Símbolo desse momento é D. João I, fundador da dinastia de Avis, “o eleito do povo, e o mais nacional de todos os reis” (GARRETT, 1826, p. X), que teria o reinado marcado pela luta contra a ameaça de que a Coroa portuguesa viesse a ser incorporada à castelhana pelo casamento de D. Beatriz, filha do rei D. Fernando I (morto em 1383, sem herdeiros), com D. João de Castela. Como ressalta Humberto Moreno,

Ainda Mestre de Avis viu-se confrontado com a necessidade de executar uma política de resistência, em que Lisboa constituiu o grande baluarte gerador de forças capazes de garantirem o triunfo de uma causa essencialmente nacionalista e com um cunho marcadamente populista [...]. (MORENO, 1988, p.9)

Um momento de reafirmação da pátria em torno de um movimento de união nacional, conduzido por um governante reconhecido e apoiado pela sociedade a partir de uma revolução, o reinado de D. João I traz para Garrett uma imagem que acena, do passado, à esperança que se esboça nos anos tensos da revolução liberal dos oitocentos.

Acompanhando a dimensão inovadora da dinastia de Avis, Garrett traz para o centro dessa primeira época literária os nomes de Gil Vicente (1465-1537) e Bernardim Ribeiro (1482-1552), vistos também como inovadores na esfera das letras.

Muitas foram as produções de nossa litteratura n'aquelle seculo de glória em que Gil-Vicente abriu os fundamentos ao theatro das línguas vivas. Bernardim Ribeiro puliu e adereçou com alguns mimos da antiguidade o genero inculto dos romances [...]. (GARRETT, 1826, p. XI)

Essa primeira época se encerra com a morte, em 1521, do rei D. Manuel I, sob cujo reinado se deu o clímax da aventura e do poderio ultramarino português. Garrett situa a segunda época, “idade de ouro da poesia e da lingua” (GARRETT, 1826, p. XIV), entre os séculos XV e XVI, tendo como marco, além da morte de D. Manuel, o reinado de D. João III. Ressalte-se, porém, que essa segunda época guarda em si a ambiguidade de ser, também, o princípio da decadência e o presságio da tragédia política de Alcácer-Quibir, assim como seus homens de letras guardam a ambiguidade de terem dado importantíssimas contribuições para a fixação da cultura literária nacional, ao mesmo tempo em que se voltaram para a cópia dos modelos clássicos ou estrangeiros, em prejuízo do sentimento nacional.

Garrett atenta para o desenvolvimento que a cultura literária testemunhou sob o reinado de D. João III:

Uma cousa todavia que muita influencia teve sobre a lingua e litteratura portugueza e que a instituições de D. João III se deve, foi o cultivo das linguas classicas que na reformação da universidade de Coimbra augmentou muito. Os modelos gregos e romanos foram então versados de todas as mãos, estudados, traduzidos e imitados. Aperfeiçoou-se a lingua, enriqueceu-se, adquiriu então aquella solemnidade classica que a distingue de todas as outras vivas, seus periodos se arredondaram ao modo latino, suas vozes tomaram muito da euphonia grega [...]. (GARRETT, 1826, p. XIV-XV)

Porém, não apenas de benefícios se fez a abertura da língua para os influxos clássicos, já que os autores resvalam da “imitação” para a “cópia”, perdendo segundo Garrett, a originalidade, que, para ele, seria sinônimo de identidade nacional. Como diz Regina Zilberman: “Garrett distingue a imitação, que valoriza e prefere, da cópia, prática que desnacionaliza a poesia, tornando-a servil a uma literatura estrangeira.” (ZILBERMAN, 2000, p.24). Assim, o autor avalia:

Claro é que a historia, a oratoria, todas as artes do discurso deviam de florescer com tal augmento [da presença dos modelos clássicos na cultura portuguesa]. Com ellas todas medrou e cresceu a poesia na delicadeza, na harmonia, no gosto; porém desmereceu muito, demasiado na originalidade, no caracter proprio, que perdeu quasi todo, em a *nacionalidade* [itálico do autor], que por mui pouco se lhe ia. Todos os deuses gregos tomaram posse do maravilhoso poetico, todas as imagens, todas as ideias [...]. (GARRETT, 1826, p. XV)

Se Sá de Miranda (1481-1558) aparece a Garrett como “verdadeiro pae da nossa poesia, um dos maiores homens de seu seculo” (GARRETT, 1826, p. XVI), não é de menor importância o fato de que, ao introduzir “[...] na poesia os metros italianos, e os modos, versos e combinações de rhymas de Dante e Petrarca [...] desd’ahi quasi se abandonaram inteiramente [...] os nossos antigos versos de redondilha, e absolutamente os de arte maior e menor [...].” (GARRETT, 1826, p. XVI-XVII). Também Antonio Ferreira (1528-1569), o segundo nome de destaque da “época de ouro”, um “portuguez verdadeiro, ardente amator da lingua” (GARRETT, 1826, p. XIX) é censurado em seu “hábito de copista”: “Cegou-se todavia o nosso bom Ferreira na imitação dos antigos; copiou-os, não os imitou: e d’ahi, enriquecendo a língua, empobreceu a litteratura, porque a avezou a esse hábito de copista; cancro que roe o espírito creador, alma e vida da poesia nacional.” (GARRETT, 1826, p. XX).

Se a relação entre espírito nacional e produção poética encontra-se problemática nos dois poetas pela cópia de modelos estrangeiros, tanto clássicos quanto modernos, ela vai ter em Camões (1524-1580) o ponto de convergência idealizado pelo autor. Distante da pátria e empenhado na construção de um “monumento” literário ao espírito nacional (em sugestiva analogia ao próprio Garrett), no “Bosquejo” há um elogio ao autor d’*Os Lusíadas*, que manteve a originalidade nacional em sua poesia.

[Camões] foi para tam longe da ingrattissima patria despicar-se de seu desamor com a mais nobre vingança; a de levantar-lhe um padrão, com que não entram as idades, e que conservará ainda o nome portuguez quando ja elle houver desaparecido da terra. [...] Esse homem levantou a cabeça la das extremidades d’Asia, e viu tudo pequeno á roda de si [...] todos acanhados com as linguas modernas ainda mal perfectas, escravos da imitação classica [...]. (GARRETT, 1826, p. XXIII-XXIV)

Encerrando a época com a breve apreciação das elegias de Luis Pereira (c.1530-?), vistas como o canto de pesar pelo perecimento da pátria em Alcácer-Quibir, Garrett deixa nítido o entrelaçamento entre produção literária e vida política:

Mas já a nação se perdera nos areas de Africa, ja a glória portugueza estava offuscada; com ella foram (como sempre vão) as boas artes [...]. Ainda Luis Pereira deplora nas *Elegias* a ruina da patria, mas esse canto funebre é quasi o canto de cysne da poesia nacional, que parece querer fenecer com elle, e ja n'elle moribunda se mostra. (GARRETT, 1826, p. XXVII)

A terceira época, “em que principia a corromper-se o gôsto e a declinar a lingua” (GARRETT, 1826, p.XXVIII), bem como a quarta, a “idade de ferro”, em que “aniquila-se a litteratura [e] corrompe-se inteiramente a lingua” (GARRETT, 1826, p.XXXIII), desenvolvem as consequências da tragédia política: com a perda da autonomia política e o consequente enfraquecimento do espírito nacional, as letras portuguesas declinam também no jogo de poder cultural no cenário europeu. Garrett mostra que, acompanhando as vicissitudes da esfera política, a literatura portuguesa vai perdendo relevância na República das Letras europeia.

PORTUGAL NO BALANÇO DA REPÚBLICA DAS LETRAS

Segundo Peter Burke, os estudos tradicionais acerca da *Respublica litterarum* delimitam o auge da ideia de um “estado igualitário imaginado [com] tentativas de abolir, ou pelo menos suspender, distinções sociais entre os estudiosos [...]” (BURKE, 2011, p. 277) entre os anos de 1500 e 1750, sendo que, entre o fim do século XVIII e início do XIX, o ideal da República das Letras entraria em declínio por fatores tais como a emergência das Guerras Napoleônicas, a intensificação das ideologias nacionalistas e o aprofundamento da dinâmica de especialização dos saberes. Porém, afirma o historiador: “apesar do nacionalismo e da especialização, creio ser plausível restaurar a ideia de Comunidade do Saber para descrever a vida acadêmica no Ocidente desde 1800 e, mundialmente, a partir do século XIX.” (BURKE, 2011, p.279). Assim, podemos observar o quanto o *Parnaso Lusitano* se inscreve em um tipo de comunidade do saber, a qual, todavia, expressa jogos de poder, de dominação e subjugação, dentro dos quais o valor da produção literária portuguesa oscila segundo sua situação política autônoma ou dominada.

No “A quem ler”, que prefacia o *Parnaso*, vê-se Garrett inserir a obra no horizonte de uma comunidade internacional, com o objetivo de proporcionar um melhor conhecimento e

ajuizamento da produção literária portuguesa e de se contrapor aos estudos do suíço Simonde de Sismondi e do alemão Friedrich Bouterwerk:

Julgo haver prestado algum serviço á litteratura nacional em offerecer aos estudiosos de sua lingua e poesia um rapido bosquejo da historia de ambas. Quem sabe que tive de encetar materia nova, que portuguez nenhum d'ella escreveu, e os dous estrangeiros Bouterweck e Sismondi incorrectissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da historia litteraria de Portugal [...]. (GARRETT, 1826, p.V-VI)

O esforço de afirmar a autonomia da cultura portuguesa aparece também no início do ensaio, ao se dissociar a origem da língua portuguesa do castelhano: “Erro é commum, e geral mesmo entre nacionaes, pela maior parte pouco versados em nossas cousas, o pensar que a lingua portugueza é um dialecto da castelhana [...]” (GARRETT, 1826, p. XVII). Assim como acontece com a literatura, em que o valor se depreenderia da “originalidade” (que, como vimos, no sistema conceitual do romantismo ativado por Garrett não corresponde a “novidade”, mas a “espírito nacional”), o estatuto do idioma também acompanha a independência política da pátria: é por isso que, segundo Garrett, dentre todas as línguas ibéricas, apenas o português e o castelhano teriam se firmado enquanto idiomas nacionais:

O Castelhana e o Portuguez [...] permaneceram pelo sabido motivo da conservação da independência nacional, e vieram a completo estado de perfeição e caracter cabal de linguas cultas e civilizadas. O Biscaíno, Catalão, Galego, Aragonez, Castelhana, Portuguez e outras mais foram e são ainda alguns distinctos idiomas: porém so os dous ultimos tiveram litteratura propria e perfeita, linguagem commum e scientifica, tudo enfim quanto constitue e caracteriza (se é lícita a expressão) a *independência* de uma língua. (GARRETT, 1826, p. VIII)

Sendo a independência nacional o fundamento da independência da língua e a condição do desenvolvimento de uma “litteratura própria e perfeita”, observamos como o peso da produção literária portuguesa na balança da República das Letras está em função da conjuntura política da nação no jogo de poder europeu. Assim, na primeira época, D. João I, além de erguer o estandarte do sentimento nacional contra a ameaça estrangeira, teria também libertado a língua portuguesa do domínio do latim e permitido sua expansão e desenvolvimento independente: “D. João I [...] deu ao idioma patrio valente impulso, mandando usar d'elle em todos os actos e instrumentos públicos [...] Foi esta lei carta de alforria e de cidade para a lingua que atélli vivera escrava da dominação latina [...]” (GARRETT, 1826, p. X). A partir de então, “[...] as sciencias e as artes cresciam a ponto de espantar a Europa, mudar a face do mundo, e alterar o systhema do universo.” (GARRETT,

1826, p. X-XI). Gil Vicente e Bernardim Ribeiro aparecem como inauguradores e modelos, cujos feitos dizem respeito não apenas à produção em português, mas à de todas as línguas modernas: se Bernardim “[...] mostrou aos pastores do Tejo alguns dos suaves modos da frauta da Sicilia que nenhuma lingua viva até então ouvira soar.” (GARRETT, 1826, p. XI), Gil Vicente estipula o modelo do teatro para toda a Europa: “Gil-Vicente fundador do theatro moderno, de cujas obras imitaram os Castelhanos; e d’ellas se espalhou pela Europa o mau e o bom d’essa irregular e caprichosa scena [...]” (GARRETT, 1826, p. XIII).

Mas, assim como se dá na história política de Portugal delineada por Garrett, os poetas padecem, na esfera literária, a perda da autonomia criativa a partir da abertura cada vez maior às influências externas, com a “importação” da produção estrangeira já na época de Sá de Miranda e de António Ferreira:

Se houveram Sá de Miranda e Ferreira escolhido assumptos portuguezes, se houveram pintado os costumes nacionais, e presentado ao público, em vez de quadros italianos, um espelho em que se elle visse a si e aos seus usos, e se risse de seus proprios defeitos; fico em que houveram reformado o theatro em vez de lhe empecer: e acaso gosariamos ainda hoje em uma scena rica e abastada dos resultados d’esse impulso, quando não temos senão que chorar, e vivemos, sôbre o theatro das migalhas que mendigamos a estrangeiros pelo triste meio de traducções, que (as dramáticas sôbre tudo) nunca podem ser boas. (GARRETT, 1826, p. XVIII)

Com a perda da nação na África, as letras portuguesas se abandonam à influência do barroco italiano e espanhol, afastando-se de sua originalidade lírica:

Já Fernão Alves do Oriente diffuso, intrincado nos primeiros labyrinthos dos *conceitos* italianos mostra a visivel decadencia da poesia: já as musas que tam louçans [...] tinham folgado pelas varzeas do Tejo e do Mondego com Ferreira e Camões, apparecem affeitadas com arrebiques e cores falsas [...]. (GARRETT, 1826, p. XXVII)

Consequência ainda da perda da autonomia política é a proliferação da escrita, por autores portugueses, em língua espanhola: “Em Castelhana escreviam ja esses degenerados portuguezes: mas pouco importava que o fizessem, que n’isso fraca perda tivemos nós: de toda essa çafra de versos castelhanos-portuguezes pouco ou nada ha que espremer.” (GARRETT, 1826, p. XXXI). Assim, com o domínio de modelos estéticos estrangeiros e a desvalorização da própria língua portuguesa, “[...] acabou a grande eschola de Camões e Ferreira, que tantos e tammanhos alumnos havia produzido.” (GARRETT, 1826, p. XXXII).

Tendo em vista, portanto, o caminho de degeneração da cultura literária portuguesa, o autor analisa globalmente as relações de poder da *Respublica litterarum* europeia, dividindo-a em norte e sul (semelhantemente ao modo como o fez Madame de Staël em 1800, entre a literatura do norte e do meio-dia) e atestando a inversão de importância na balança cultural, com a preponderância do norte (Inglaterra, Alemanha, França) sobre a cultura literária meridional: “O norte, que mais tarde se havia allumiado, progredia no entanto: as boas letras, as artes, as sciencias floreciam na Inglaterra, e per quasi toda a Alemanha. Milton, Descartes, Newton e Linneu brilharam [...]; e nós meridionaes estudavamos as *cathegorias* e as *summas* [...]”. (GARRETT, 1826, p. XXXVII).

No entanto, o autor observa que, em meados do século XVIII, a balança do poder cultural entre as nações teria voltado a equilibrar-se por obra do espírito cosmopolita do Iluminismo, dando base necessária à constituição harmoniosa da República das Letras:

[...] a face do mundo estava começada a mudar: as antigas barreiras que a política e os preconceitos erguiam entre povo e povo quasi desapareciam [...] e o commercio fraternizou as nações. [...] os sábios começaram a ser de todos os paizes: os bons livros pertenceram a todas as linguas; e verdadeiramente se formou dentro de todos os estados em estado que (sem os inconvenientes do *status in statu* dos ultramontanos) com justiça e exactão obteve e mereceu o nome de república das letras, a qual é uma, universal, e sem perigo de schisma. (GARRETT, 1826, p. XXXVII-XXXVIII)

É a percepção do cenário cultural a partir de uma unidade cosmopolita que permite a Garrett agregar a produção literária dos árcades brasileiros, Tomás Gonzaga, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, ao *Parnaso Lusitano*: “E agora começa a litteratura portugueza a avultar e enriquecer-se com as produções dos ingenhos brasileiros.” (GARRETT, 1826, p. XLIV). A literatura dos brasileiros é mantida sob a rubrica da portuguesa por uma questão que vai além da defasagem entre o gesto político da independência brasileira e seu reconhecimento cultural por parte da antiga metrópole (SOUZA, 2006b): a poesia dos brasileiros agregaria valor à produção literária de Portugal, contribuindo para o esforço de Garrett em destacá-la no quadro da literatura europeia.

Porém, apesar de não citadas nominalmente no texto garrettiano e, de certo modo, apagadas sob a imagem de uma República das Letras cosmopolita, as tensões políticas europeias do período, como a Guerra dos Sete Anos (1756-63) e as que emergiram no rastro da Revolução Francesa e da expansão napoleônica, se fazem presente no horizonte da

avaliação de Garrett sobre a cultura literária portuguesa a partir da presença nociva do galicismo. As letras portuguesas seguem subjugadas pela cultura estrangeira, pelo “hábito de copista”, mas agora sob a forma da “gallo-mania” e da proliferação das traduções, que atingiriam o cultivo da língua materna e a própria produção literária, bem como o gosto do público, diminuindo o apreço pela cultura letrada nacional:

[...] a *gallo-mania*, que soube perverter o character da nação, de todo perdeu e acabou com a ja combalida linguagem: phrases barbaras repugnantes á índole do idioma, termos hybridos, locuções arrastadas, sem elegancia, formaram a algaravia da moda, e prestes invadiram todas as provincias das lettras. (GARRETT, 1826, p. XLIX)

[...] com traduções levou o último golpe a litteratura portugueza; foi a estocada de morte que nos jogaram os estrangeiros. Traduzir livros d’artes, de sciencias é necessário, é indispensável; obras de gosto, de ingenho, raras vezes convem; é quasi impossível fazê-lo bem, é mingua e não riqueza para a litteratura nacional. (GARRETT, 1826, p. LVI)

Caberia a Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819), conhecido sob pseudônimo de Filinto Elísio, exilado como Camões e o próprio Garrett, ser o nome de sustentação da glória da língua e da poesia portuguesa: o poeta “[...] gemia no exílio, e de la com olhos fitos na pátria se preparava para lutar contra a enorme hydra cujas innumerables cabeças eram o gallicismo, a ignorância, a vaidade, todos os outros vicios que iam devorando a litteratura nacional.” (GARRETT, 1826, p. LIX). Todavia, mesmo tal vulto poético não garante ao autor do “Bosquejo” a certeza da restauração literária de Portugal, a qual permanece como possibilidade em um cenário que, no geral, é avaliado com certa melancolia – um projeto a ser perseguido e estimulado pela “administração”, confirmando, por mais uma via, as relações entre produção literária e política: “A litteratura portugueza não mostra presentemente grandes symptomas de vigor: mas ha muita força latente sob essa apparencia; o menor sôpro animador que da administração lhe venha, ateará muitos luzeiros com que de novo brilhe e se engrandeça.” (GARRETT, 1826, p. LXVII). Talvez estivesse presente, no horizonte das reflexões de Garrett, a possibilidade de que a política liberal, consolidando-se, pudesse dar novo alento à produção literária portuguesa, embalando-a nos mesmos ares progressistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que o entrelaçamento conceitual entre a definição de “literatura” e a ideologia nacionalista, base da constituição disciplinar da História da Literatura em seu viés oitocentista, fundamenta o ensaio de Almeida Garrett sobre a história da língua e da poesia portuguesas, alinhando-o ao modelo da historiografia romântica da literatura. No “Bosquejo”, o fenômeno literário pode ser visto não somente como reflexo do sentimento nacionalista, mas também como instância que permite ao autor uma visada crítica do cenário político português, àquele momento atravessado pela tensão entre o projeto liberal e as reações miguelistas.

Assim, a aurora das letras portuguesas coincide com a dinastia de Avis, cujo primeiro rei, D. João I, aparece a Garrett como imagem da afirmação da identidade nacional diante da ameaça estrangeira, bem como da harmonia entre o governante e os interesses da sociedade. A decadência da produção literária, por seu turno, se inicia e intensifica conforme a originalidade nacional cede à influência de modelos estrangeiros, tanto clássicos quanto modernos, tornando a produção artística não mais a expressão do sentimento nacional, mas “hábito de copista” – o que se relaciona, na esfera política, à perda da autonomia no século XVI e ao enfraquecimento da presença portuguesa no jogo de poder europeu, e, na esfera cultural, ao enfraquecimento do cultivo da língua pela presença cada vez mais profunda de estrangeirismos e traduções.

A partir dessa retomada sucinta de elementos-chave da narrativa historiográfica da literatura portuguesa delineada por Garrett no “Bosquejo”, pudemos observar que ela não se relaciona apenas à afirmação da nacionalidade, mas a uma perspectiva crítica da história política de Portugal, por um lado, e, por outro, da situação portuguesa na República das Letras europeia, ora se destacando, ora sendo subjugada, conforme as vicissitudes do jogo de poder político.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão na história literária”. In: *Teresa*: revista de Literatura Brasileira. São Paulo: Editora 34, n.1, 2000. p. 9-47.

BURKE, Peter. “República das Letras Europeia, 1500-2000”. In: *Estudos Avançados*. Disponível em: www.scielo.org. Acesso em: 02/2/2014 (2011).

GARRETT, João Baptista de Almeida. *Parnaso Lusitano ou Poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas, precedido de uma história abreviada da língua e poesia portugueza*. Paris: J.P. Aillaud, 1826. Disponível em: www.archive.org. Acesso em: 7/1/2014.

JOBIM, José Luís. “História da Literatura”. In: JOBIM, José Luís. (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 127-150.

MORENO, Humberto Baquero. *Os Itinerários de El-Rei D. João I (1384-1433)*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html>. Acesso em 24/01/2014 (1988).

NEVES, et al.(org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. “As histórias literárias portuguesas e a emancipação da literatura no Brasil”. In: *Revista Scripta*. Belo Horizonte, v. 10, n. 19. Disponível em: http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta19/Conteudo/N19_Parte02_art04.pdf. Acesso em: 15/01/2014 (2006b). p. 131-144.

ZILBERMAN, Regina. “Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional”. In: *Via Atlântica*. São Paulo, n. 4. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/issue/view/4155>. Acesso em: 16/01/2014. (2004). p. 18-51.

Referência Eletrônica:

SOUZA, Thiago Gonçalves. O “Bosquejo” de Almeida Garrett: Intersecções entre História da Literatura e uma Crítica Política. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 18, jul.-ago. 2014, p. 252-264. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num18/estudos/palimpsesto18estudos12.pdf>. Acesso em: **dd mmm. aaaa**. ISSN: 1809-3507